

WORKSHOP FIESP – LGT: 20 ANOS

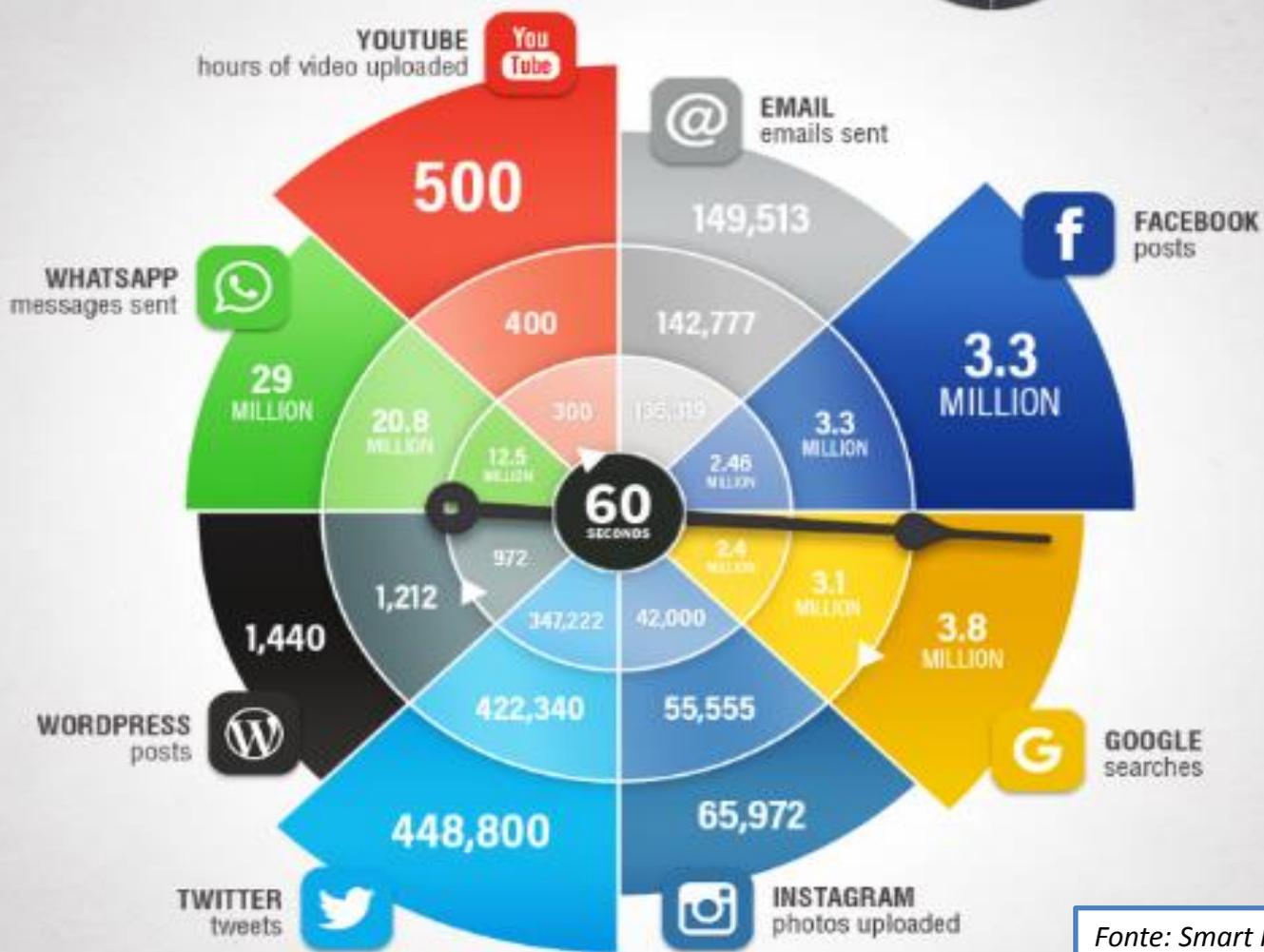
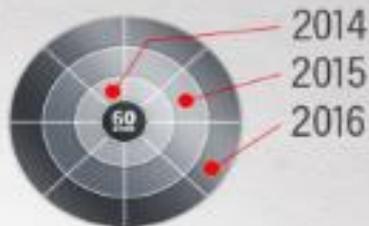
Novo Marco Legal das Telecomunicações

Julho/2017



What Happens Online in 60 Seconds?

Managing Content Shock in 2017



Fonte: Smart Insights



Demanda e Investimentos

Demanda cresce e se transforma ...

Aumento de usuários da Internet

Número de usuários
Aumento de penetração



Transformação do uso

Tráfego por dispositivo
Domicílios



Crescimento do número de dispositivos e apps

Número de dispositivos conectados



... com implicações severas à infraestrutura

Mudança de patamar de capacidade

- Móvel: necessária ampliação
- Fixa: necessária ampliação



Forte redução da latência



Aumento dos uploads

- Implicações estruturais à rede



Segurança e disponibilidade

- IoT, carros sem motoristas, etc.



Ampliação do espectro

- Novas bandas, altas e baixas
- Necessidades / compatibilidade IoT



Novos protocolos e padrões

- Versões em escala adequada para IoT e demais demandas disruptivas



Fonte: *The Boston Consulting Group*, com adaptações.



No Ecosistema Digital

Visão de Camadas



Convergência
Tecnológica

Menor nitidez em relação às fronteiras de algumas dessas camadas

- Menor Integração (vertical/horizontal) das camadas favorece maior diversidade de *players*.
- O processo de inovação ocorre em todas as camadas;



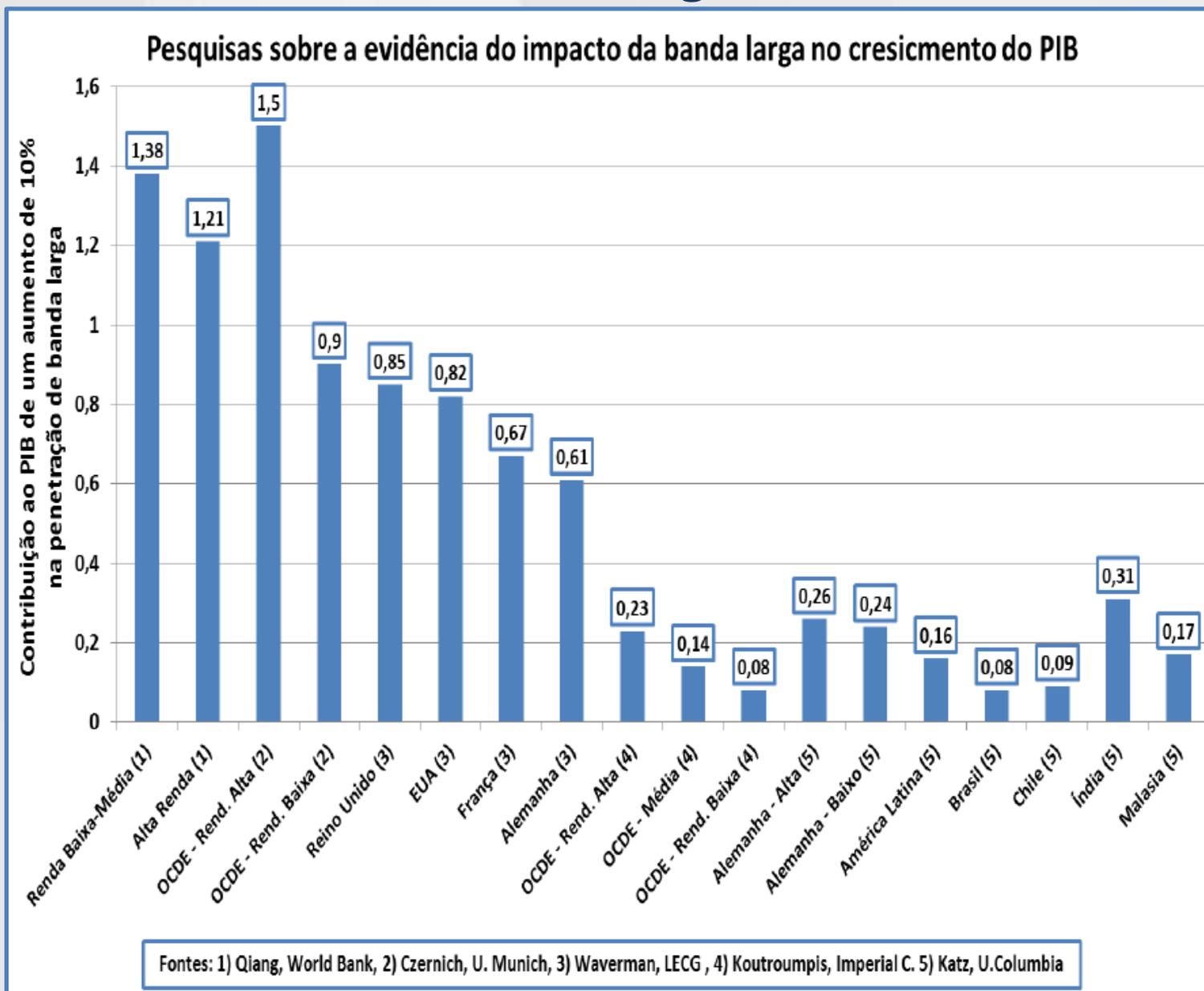


No “(...) século 21, a preços acessíveis, redes de banda larga ubíqua serão tão críticas para a prosperidade econômica e social como as redes de transportes, água e energia. Não só a banda larga proporcionará benefícios em todos os setores da sociedade, mas também ajudará a promover o desenvolvimento social e econômico, e será fundamental para nos ajudar a conseguir cumprir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”.

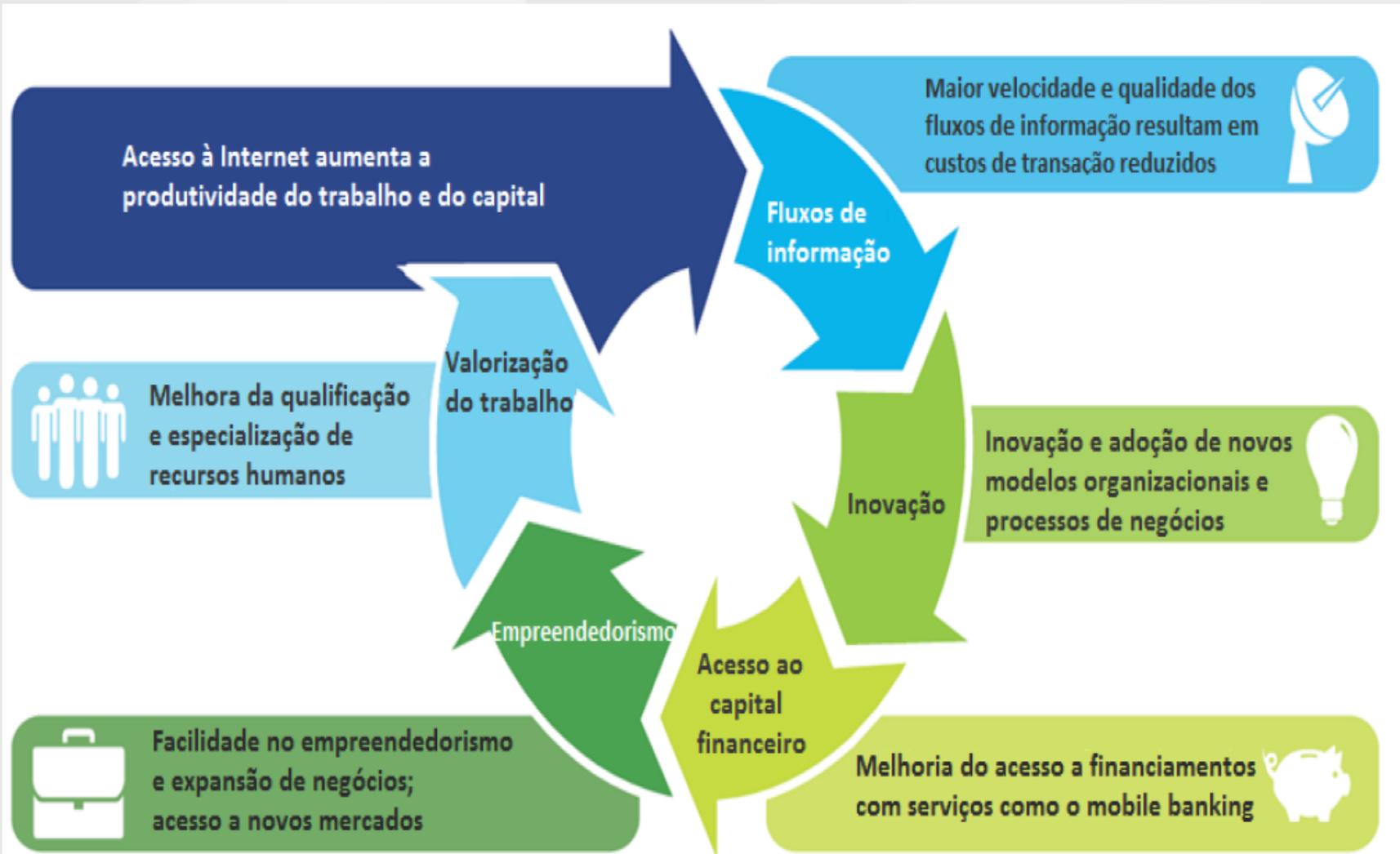
ex-Secretário Geral da UIT, Dr Hamadoun I. Touré



Causalidade entre Banda Larga e Crescimento Econômico



Conectividade e Desenvolvimento econômico



Fonte: Deloitte 2014 adaptado



Do Marco Legal de Telecomunicações (LGT nº 9.472/97)

Regime Público:



- 1) Obrigações de Universalização e de Continuidade;
- 2) Regulação Tarifária;
- 3) As diversas modalidades do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) na forma de Concessão;

Regime Privado:



- 1) Baseado nos princípios constitucionais da Atividade Econômica;
- 2) Preços e Instrumentos de Autorização;
- 3) Exemplos: STFC, Serviço Móvel Pessoal (SMP); Serviço de Comunicação Multimídia (SCM);

Não significa ausência de regulação ou o prejuízo ao estabelecimento de compromissos de interesse da coletividade (art. 135 da LGT)



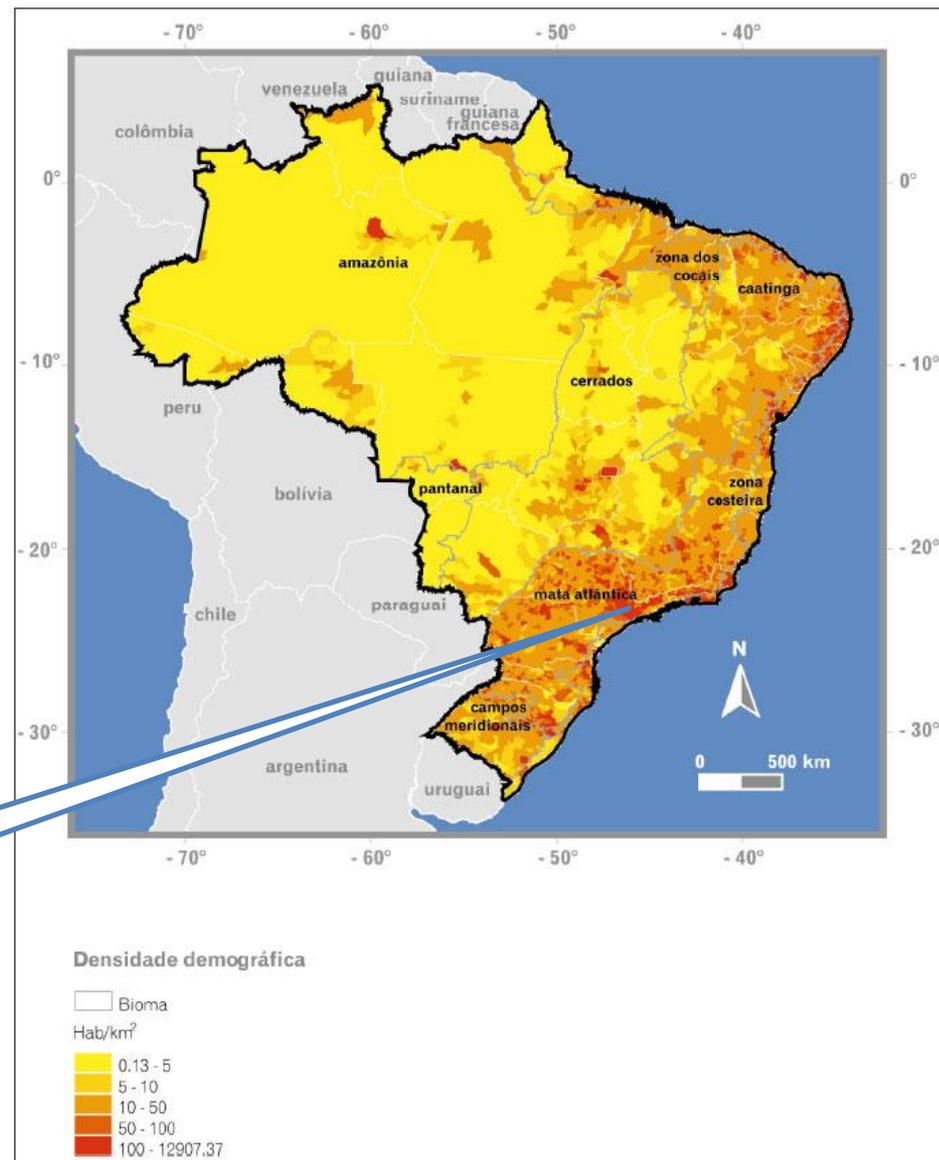
Desafios: Massificação, Qualidade e Preço

Missão: Regular o setor de telecomunicações para contribuir com o desenvolvimento do Brasil.

Objetivos Estratégicos:

- 1) Promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados;
- 2) Estimular a competição e a sustentabilidade do setor de telecomunicações;
- 3) Promover a satisfação dos consumidores; e
- 4) Promover a disseminação de dados e informações setoriais.

Aprox. 85% da população urbana ocupa menos de 1% do território federal



Contexto

Perda de **importância relativa da telefonia fixa** *vis-à-vis* às demais opções de serviços e aplicações disponíveis aos usuários;

Significativos avanços em termos de cobertura de voz foram logrados por meio de editais de outorga de direito de uso de radiofrequência levados a cabo pela Anatel, ainda que, vale dizer, é preciso continuar avançando nesse sentido;

A telefonia fixa já não dispõe das mesmas **condições de atratividade e de essencialidade** de outrora.

Perda de atratividade da concessão, cujo objeto de contrato é a exploração, em regime público, da telefonia fixa.



Marco Regulatório e atuais Contratos de Concessão da Telefonia Fixa

□ Diagnóstico:



Exposição de motivos da LGT

- O instituto da reversibilidade vincula-se à necessidade de assegurar a continuidade da prestação do serviço concedido.
- Exposição de Motivos nº 231, de 10/12/1996, do Ministério das Comunicações:

“(...) nem sempre o princípio da continuidade do serviço público supõe a reversão dos bens que lhe estejam afetados (...). Daí a facultatividade do instituto, que o Projeto agasalhou, ao deixar que o contrato defina quais são esses bens, visando evitar ônus financeiro desnecessário para o concedente”.



Marco Regulatório e Renovação Contratos de Concessão

Contexto, Diretrizes e Oportunidades:

Atual Marco das Concessões

Setor de Telecomunicações

Novo Marco Regulatório:

- Base Legal
- Promoção da Competição
- Massificação de Serviços

PL nº 79/2016

Investimentos

PL nº 79/2016

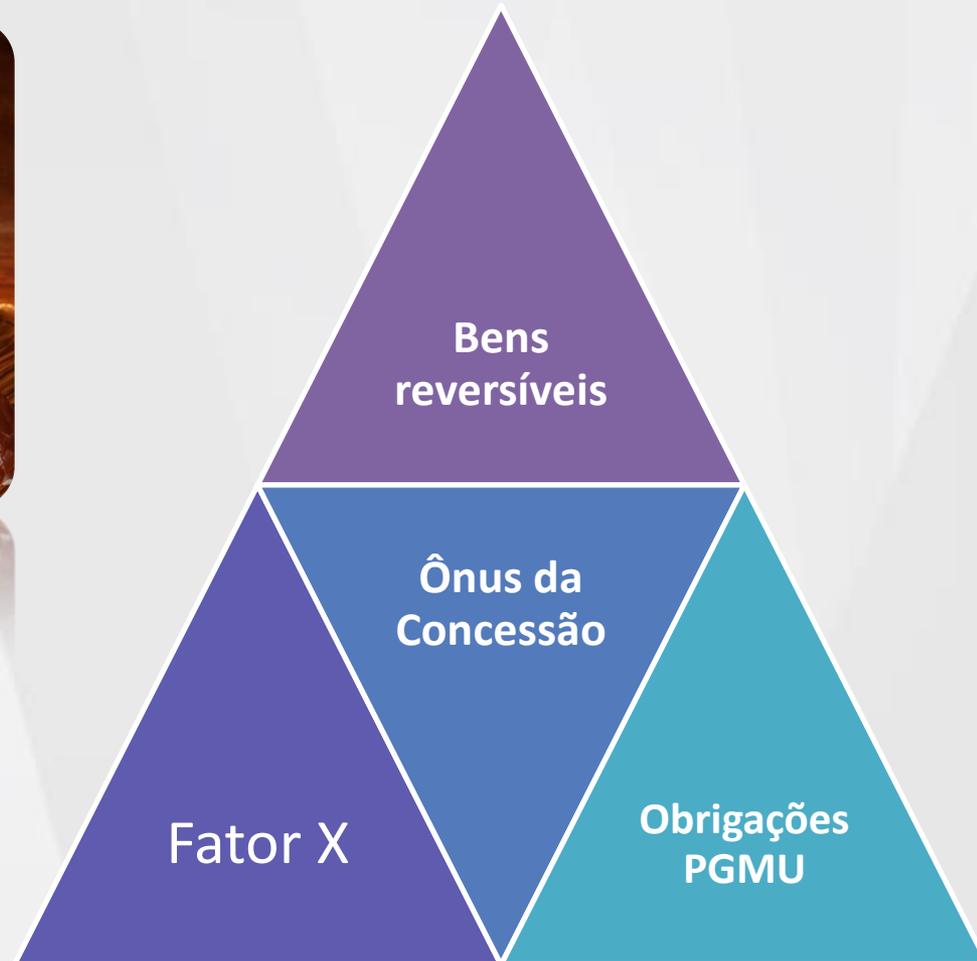
- Forma para viabilizar a migração: **SEGURANÇA JURÍDICA**
- A **PRECIFICAÇÃO** da adaptação: aspectos que serão considerados



Componentes da Valoração



PL 79/2016: “§ 1º O valor econômico referido no caput deste artigo será a diferença entre o valor esperado a partir da exploração do serviço adaptado em regime de autorização e o valor esperado da exploração desse serviço em regime de concessão, calculados a partir da adaptação.”



O Possível Dilema da Adaptação

		<u>Poder Concedente</u>	
		A	ñA
Concessionária	A	1 ; 1	2 ; -1
	ñA	-1 ; 2	0 ; 0

A: Adapta; ñD: não Adapta

Saldo Correto ≈ Valor Justo

Saldo Subestimado

Status Quo

Saldo Sobrestimado

As opções (ñA, A) e (A, ñA) trazem benefícios apenas para uma das partes.

- Nesse cenário, somente o Estado ou a Concessionária se beneficiariam.

A opção (ñA, ñA), equilíbrio atual, é ineficiente.

A opção (A, A) é a solução ótima.

- Solução ganha-ganha.



Componentes da Valoração

☐ Contexto, Diretrizes e Oportunidades:



Vende-se o negócio?

Vendem-se os ativos?



Valor da Adaptação?



Estágios e Etapas do Processo



Adaptação da concessão para autorização:



Normativo	Metodologias	Saldo	Habilitação	Outorga
<ul style="list-style-type: none">• Lei• Decretos• PGO• Plano estrutural de redes de telecomunicações (...)	<ul style="list-style-type: none">• Metodologias para cálculo do saldo• Contratação de consultorias	<ul style="list-style-type: none">• Cálculo do saldo• Aprovação do Cálculo do Saldo	<ul style="list-style-type: none">• Documentos de adaptação• Projetos elencados na política pública• Metodologia de aplicação do saldo	<ul style="list-style-type: none">• Análise e aprovação do processo de adaptação• Assinatura do Termo de Adaptação



Em Resumo



Solução Política Pública-Regulatória Equilibrada;



Solução que conforme um cenário que atenda ao interesse público e crie estabilidade regulatória necessária para realização de investimentos;



Atrair Investimentos e criar novas oportunidades de dinamizar o Setor;



Aprimorar ambiente de competição;



Reduzir a incerteza atual relacionada ao alcance do instituto da reversibilidade;



Viabilizar a expansão da banda larga no país em localidades com baixa capacidade de transporte.



Inserir a Banda Larga no centro da Política Pública.



